

A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica¹

Eric Sabourin, Dep. de sociologia da UnB, Cirad UR Arena, sabourin@cirad.fr,

Introdução

A noção de economia solidária é caracterizada por vários autores tanto pela pluralidade das formas econômicas (intercâmbio, redistribuição, reciprocidade e domesticidade) identificadas por Karl Polanyi (1944, 1957, 1975), como pelos valores humanos éticos associados à noção de solidariedade (Servet, 2006). Para Castel (2003) e outros autores (Gaiger, 2003; França, 2006; Gardin, 2006; Menezes, 2006), a expressão da solidariedade está na reciprocidade. A comunicação examina essas bases teóricas da economia solidária ou da solidariedade econômica aprofundando essa proposta. Pois, segundo Polanyi (1957, 1975) o que diferencia reciprocidade, redistribuição e intercâmbio são precisamente os valores sociais e os códigos morais nos quais seriam inseridas as práticas ou prestações econômicas. A partir da noção de estrutura de reciprocidade proposta por Temple (1998, 2004) questiona-se o caráter explicativo da noção de “inserção” do econômico no social. A primeira parte retoma algumas bases teóricas da economia solidária a partir de referências na Europa e no Brasil. A segunda parte examina práticas de solidariedade econômica no meio rural brasileiro a partir do princípio de reciprocidade. As considerações finais discutem os ensinamentos, limites e as perspectivas da teoria da reciprocidade para tratar dessas questões.

1. Algumas bases teóricas de solidariedade econômica

Solidariedade e reciprocidade

A economia solidária é definida pelo governo brasileiro (MTE/Senaes, 2005) como *o conjunto das atividades econômicas de - produção, distribuição, consumo, crédito e poupança, - organizadas pelos trabalhadores de maneira solidária, em forma coletiva ou autogestão*. Assim, as características de uma atividade de economia solidária seriam a cooperação, a autonomia, a viabilidade econômica e a solidariedade. A solidariedade, nessa definição, significa a preocupação permanente para uma distribuição justa dos resultados, o melhoramento das condições de vida dos participantes, o compromisso para um meio ambiente sadio, para a comunidade, o apoio aos movimentos de emancipação e a procura do bem estar dos trabalhadores e dos consumidores.

Quase todas as definições da solidariedade² associam sentimentos humanos ou valores éticos (amizade, responsabilidade, justiça, etc) a prestações materiais (serviços, partilha de recursos) entre indivíduos ou grupos sociais próximos ou interdependentes. Portanto, etimologicamente a noção de economia solidária não seria apenas esse oxímoro questionado por Latouche (2003). Por outra parte, muitos autores vêm, atrás da solidariedade, a reciprocidade. Para Boeira (2003) *“A solidariedade, precisa distinguir-se da bondade, que pode ser unilateral (...) Pode se estender à solidariedade, às transformações do outro, desde que haja reciprocidade”*. Embora para Demo (2002) a “solidariedade de cima pode ser apenas um efeito de poder” dos mais dotados na sociedade³:

¹ Comunicação apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE) na Mesa Redonda “A questão da solidariedade e da reciprocidade na economia solidária”

² Solidariedade: Dic Aurélio: (...) *laço ou vínculo recíproco de pessoas ou de coisas independentes; adesão ou apoio a uma causa, a um movimento ou a um princípio; sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação ou da própria humanidade; relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns; (...) dependência recíproca...*

Dic Michaelis-UOL. (...). *Estado ou vínculo recíproco de duas pessoas independentes. Mutualidade de interesse e deveres.*

Enciclopédia: *Responsabilidade recíproca entre elementos de um grupo social, profissional, etc.; sentimento de partilha do sofrimento alheio; sentimento que leva a prestar auxílio a alguém; responsabilidade mútua; reciprocidade de interesses e obrigações;*

³ *“É desconhecer que os excluídos precisam fundamentalmente da capacidade de se confrontar. Solidariedade a partir do centro seria, então, habilidade de fomentar esta competência humana, postando-se a partir da pele dos excluídos.”* (Demo, 2002).

Para Castel (2003) « *a solidariedade realiza-se pela reciprocidade : princípio pelo qual a produção é dada aos outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas que têm consciência de uma comunidade de interesses, levando a uma obrigação moral de não faltar aos outros. Por meio de uma seqüência durável de dádivas, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso simbólico* ».

Castel (2003) identifica duas vertentes da análise teórica da economia solidária. A vertente mais sociológica reconhece a pluralidade das formas da economia. Corresponde à proposta de Eme e Laville (1996) que identificam, ao lado da economia de mercado capitalista (ou economia mercantil), a economia pública associada à redistribuição de recursos pelo Estado e a economia não mercantil ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade.

Laville (2000, 2003) propõe fundar a economia solidária no princípio de hibridação entre essas três formas de economia. Para Castel (2003) esse enfoque não deixa de colocar um problema, porque uma empresa privada capitalista pode também beneficiar da hibridação dos recursos e ela não tem nada de solidário ⁴.

Segundo Castel (2003) a perspectiva mais econômica diferencia os projetos e valores dos sujeitos para empreender atividades econômicas. Assim, existiriam três motivos: o *enriquecimento pessoal* por meio da maximização do lucro, motivo das atividades capitalistas; a *partilha* por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços públicos) ou pelas atividades de proteção de bens e pessoas (seguros das sociedades mutualistas) e, a *solidariedade, realizada pela reciprocidade*, motivo que funda as atividades das cooperativas e associações⁵.

Laville e Nyssens (2004) associam a economia solidária e a empresa social à produção de capital social, em particular mediante os mecanismos de re-inserção dos fatos econômicos nos valores sociais ou políticos propostos por Polanyi (1944, 1957).

Assim, várias análises da economia solidária (Laville, Servet, França Filho, Cattani, Gaiger) conduzidas por diversas entradas, levam para a mobilização de três elementos essenciais na obra de Polanyi : a) concepção substantiva da economia⁶ em oposição a sua definição formalista, b) a existência de uma pluralidade de formas da economia, e, c) a inserção das transações econômicas (solidárias) no social ou no político (o espaço público segundo Laville, 2003).

A contribuição pioneira de Polanyi e os seus limites

Polanyi (1957) propõe uma tipologia dos modos de integração social que da conta das diferentes formas de institucionalização do processo econômico na sociedade. Identifica três modos de integração econômica e social, cada um podendo gerar formas específicas de mercado: a reciprocidade é definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos*, a redistribuição como *um movimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior* ; o intercâmbio corresponde a *“movimentos de ida e volta como aqueles existindo no sistema mercantil”*. Acrescenta também a categoria da economia doméstica (*livelihood, a subsistência ou o fato de produzir para viver*) expressão básica e máxima de uma economia substantiva (Polanyi, 1975).

Essas diversas formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser dominante, como o intercâmbio mercantil chegou a predominar no mundo ocidental. Para Polanyi (1957), a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco simetricamente ordenada. A redistribuição depende da existência de um centro de poder no seio do grupo social. O intercâmbio, como modo de integração social, fundamenta-se na existência de um sistema de mercado de concorrência, criador de preços.

Segundo Polanyi (1944), o que distingue reciprocidade e redistribuição do intercâmbio depende de valores sociais ou simbólicos, de códigos morais. Ele fala de uma economia “inserida” (*embedded*) num sistema de valores que se impõe às leis da oferta e da demanda. Esses valores são mobilizados pela iniciativa de cada um no caso da reciprocidade ou dependem de um centro de

⁴ A empresa capitalista “ vende sua produção no mercado capitalista (recursos mercantis) ; pode obter subsídios ou vantagens fiscais beneficiando de recursos não mercantis (redistribuição pública) e está inserida em redes inter empresariais ou inter pessoais onde circulam informações, saberes (reciprocidade).” (Castel 2003b).

⁵ Segundo Temple (1995) e Castel (2003) dois desses princípios são antagônicos: a maximização do lucro por meio do intercâmbio e a reciprocidade, pois o fato do lucro ser monopolizado pelo empresário proíbe o seu uso solidário. O princípio de redistribuição pela sua vez pode ser compatível tanto com o princípio de intercâmbio (maximização do lucro) ou com o princípio de reciprocidade.

⁶ “um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um aprovisionamento regular de meios materiais para satisfação de necessidades” (Polanyi, 1957)

referência para todos no caso da redistribuição (o rei, a Igreja, o Estado). Bastaria, portanto, liberar as transações das suas obrigações morais ou sociais para que se tornassem intercâmbios puros. O livre-câmbio emerge assim, progressivamente, da reciprocidade mediante a separação de funções anteriormente confundidas, ao exemplo do fato social total de Mauss (1924). Mesmo se Polanyi reconhece a existência de sistemas econômicos que não obedecem apenas ao princípio do enriquecimento individual, ele limita a perspectiva dessa descoberta considerando uma evolução única, na qual tais sistemas apenas corresponderiam a fases primitivas ou pré-capitalistas.

Mas o principal problema da teoria de Polanyi, segundo Temple (2003), é que não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas⁷. De onde vêm esses valores evocados por cada um ou pelo rei? Se não se reconhece a sua matriz na reciprocidade, então eles devem ter uma origem externa a própria reciprocidade. Qual pode ser? Os deuses e gênios para uns, a origem divina do rei para outros, ou ainda, a idéia de Lévi - Strauss (1947) da cultura emergindo das formas mais organizadas da vida ...

Segundo Temple (1997), esses valores humanos não são dados; devem ser constituídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização dos ciclos de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas elementares de reciprocidade” (figura 1). Polanyi não chegou a reconhecer na reciprocidade e na redistribuição as estruturas matrizes dos valores simbólicos e, portanto, mal consegue dissociar a reciprocidade de um intercâmbio mútuo; porque separando a reciprocidade dos valores que produz, apenas sobra uma prestação impossível a diferenciar de um intercâmbio recíproco. Para Temple (1997), as estruturas de reciprocidade produzem valores materiais de uso, mas, também, valores humanos ou éticos: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a confiança nos modos de redistribuição.... Portanto, as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações, podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e, às vezes, complementares: de um lado, a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio mercantil para o lucro individual e, do outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, a redistribuição, a partilha ou a reciprocidade generalizada.

O que é a reciprocidade?

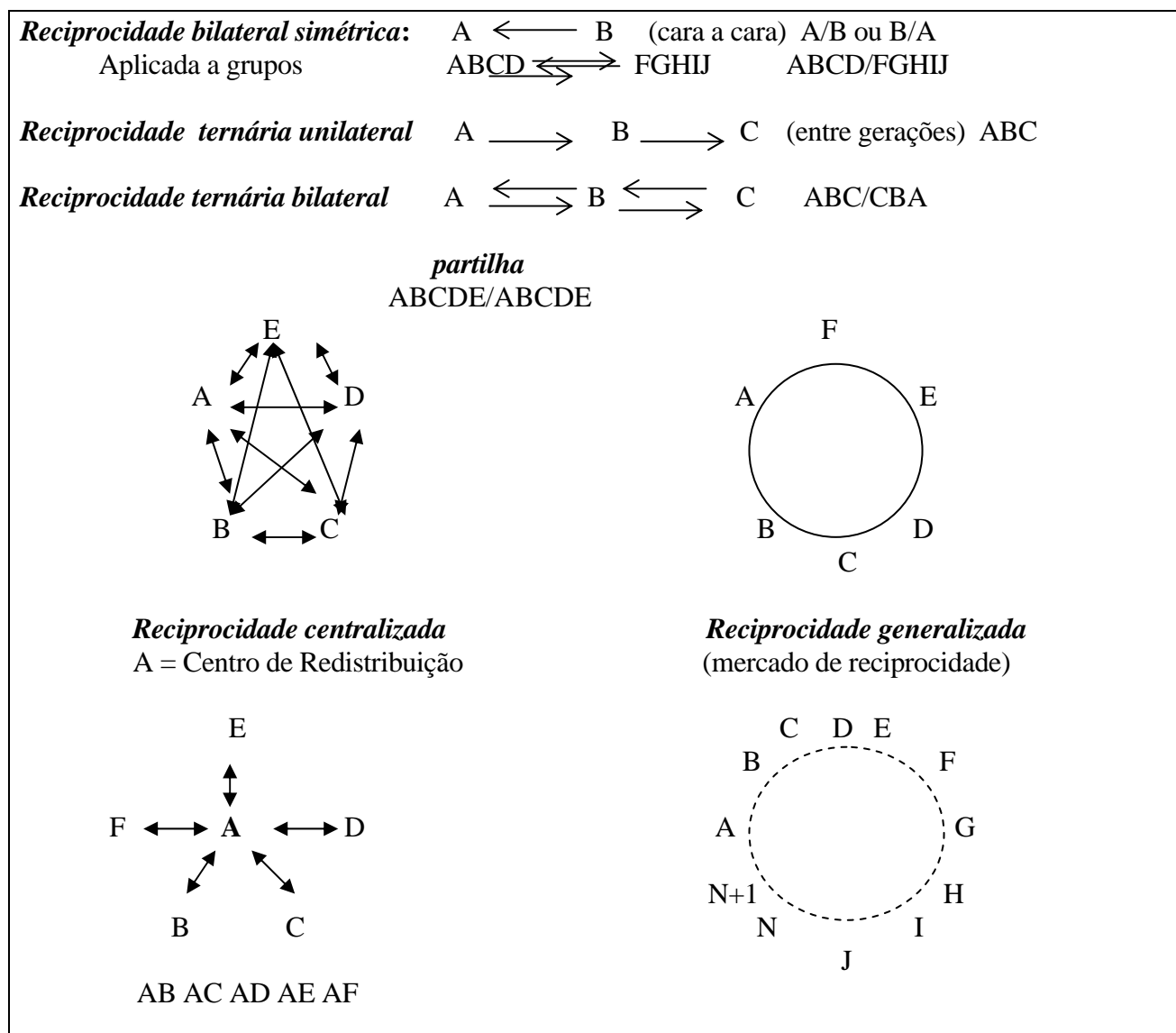
De acordo com Castel (2006: pp) *“a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros”. Portanto, “não se dá para receber, se dá para que o outro dê e procura-se estabelecer uma relação entre várias pessoas ou grupos mediante uma seqüência durável de dídivas. Por meio da reprodução das dídivas entre pessoas ou formas simétricas da organização social, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso ou seu valor simbólico”.*

Temple (2003) pergunta: será que se pode dar, gratuitamente, apenas por princípio, sem motivo, sem reciprocidade? A dídiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse pelo outro ou pelas necessidades da coletividade. Define, portanto, a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação - entre outras de uma dídiva - como forma de reconhecimento do outro e de pertencimento a uma coletividade humana. Temple (2003) distingue assim o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: *“A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”.*

A partir do princípio de reciprocidade é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais. Essa leitura não pretende ser exclusiva. Não nega a existência, a utilidade e a extensão das relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho. Apenas propõe uma base teórica para analisar práticas e relações econômicas, que não correspondem apenas ao princípio do intercâmbio mercantil, como, por exemplo, várias das iniciativas e prestações reunidas por meio da noção de economia solidária. A seguir apresento uma aplicação dessa análise a alguns exemplos no domínio da produção e da comercialização no meio rural brasileiro.

⁷ Como também não se explica de onde vêm os valores éticos que estariam na origem da criação do capital social, cf Portes 1998 e Sabourin 2005

Fig. 1: Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade



2. Alguns exemplos de solidariedade econômica no meio rural brasileiro

Os exemplos provem de pesquisas no marco da agricultura familiar ou do desenvolvimento rural (Sabourin, 2001, 2003; 2006 a e b; Sidersky, 2006).

Reciprocidade na organização da produção agrícola

O mutirão nas comunidades rurais

As diversas formas de ajuda mútua ou mutirão correspondem a, pelo menos, dois tipos de estruturas de reciprocidade:

- a *reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou amigos. Nessa estrutura de aliança que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (se uma família fornece mais trabalho ou maior quantidade de produtos para a outra), o principal sentimento produzido é a amizade. Ela pode ser institucionalizada nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo dos filhos, constituindo uma extensão das relações de parentesco.
- O *compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura de reciprocidade ternária específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Por exemplo, quando todos os membros da

comunidade mobilizam-se para realizar um trabalho beneficiando a um agricultor (abrir uma roça) trata-se de um compartilhamento bilateral. Quando é para construir a casa de um jovem casal, ele é unilateral. Temple (2004) lembra de fato que nunca se constrói a casa dos seus pais, mas das crianças. Além da amizade e da aliança, essa estrutura produz também prestígio quando o donatário retribui a ajuda com comida, bebida ou festa.

O manejo compartilhado de recursos comuns

O meio rural brasileiro é ainda muito rico de práticas de manejo de recursos comuns: as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os *fundos de pasto* na caatinga do Nordeste, os *faxinais* do Paraná ou os antigos *campos gerais* de Minas) as áreas florestais de extrativismo na Amazônia. Esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade ternária específica, o *compartilhamento*, que gera valores de confiança e de responsabilidade. Na estrutura de *compartilhamento* todos estão frente a todos: ABCDEF / ABCDEF (fig 1.).

Podemos simbolizar essa estrutura por um círculo (Fig. 1) extensível em função do número de participantes. Chabal (2005) nota que “*não é tanto o objeto do compartilhamento que importa, mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo*”. É, precisamente, um dos problemas com recursos comuns subsidiados ou dados pelo Estado ou por terceiros. Não se compartilha da mesma maneira o que resulta de um trabalho entre pares e aquilo que vem de um centro de redistribuição. Na estrutura de compartilhamento, a *práxis inter-pares* ou o fato de depender de um recurso natural limitado, cria um sentimento de pertencimento ao grupo. Chabal explica “*a partilha procura produzir a união. A palavra expressa isto pelo “nós”, “um para todos e todos para um”*”. É a idéia de totalidade que domina”. A forma de alienação específica dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, do grupo ou da comunidade. Para Chabal (idem) “*é o grande perigo: pois há compartilhamento e mutualidade no interior do círculo e reciprocidade negativa no exterior, ou ainda, prática do intercâmbio, quer dizer, saída da reciprocidade*”.

Crédito solidário, cooperativas da agricultura familiar

As práticas de crédito solidário no meio rural brasileiro têm se desenvolvido por meio de diversos sistemas: consórcios, fundos rotativos solidários, (Oliveira, 2006) e cooperativas de crédito (Magalhães, 2005). Os consórcios solidários a partir de fundos rotativos alimentados parte pelos agricultores, parte por entidades de apoio estão sendo utilizados para a aquisição de cercas, de mudas de frutíferas, de máquinas agrícolas, e até de cisternas de captação e armazenamento de águas de chuva (Duque *et al*, 2004, Sabourin, 2006a).

Essas práticas podem ser assimiladas a uma estrutura de partilha de recursos financeiros e de compartilhamento de garantias mútuas ou de aval solidário, conforme o sentido jurídico e original da palavra solidariedade. Para funcionar a experiência de crédito cooperativo depende de relações de dádiva (trabalho benévolo dos animadores e administradores) e de reciprocidade (manutenção de valores éticos de confiança, responsabilidade e equidade entre os seus membros). Mas depende também de funções instrumentais e técnicas (contabilidade, gestão) que não são tão diferentes daquelas das instituições financeiras privadas. Apenas solidariedade não basta.

Como indica Sidersky (2006) muitas dessas experiências passam por dificuldades de manejo e de controle do reembolso, e também por conta dos laços sociais: “*pressionar um vizinho ou amigo para pagar, isto não funciona*”. Nos casos estudados por Sidersky (2006) na Paraíba, a ausência de interface entre práticas de reciprocidade sob controle social ou público e práticas ligadas a interesses privados (lógica de acumulação por meio do intercâmbio ou pelo roubo) provoca uma erosão rápida dessas iniciativas, sua paralisia ou o seu fracasso. Revela uma postura de acomodação, de falta de avaliação e de reflexão entre muitos promotores desses projetos. Do lado do Estado, prevalece a prática de simplificar ou burocratizar os procedimentos, de mostrar resultados ou de fazer números antes das eleições.

No Nordeste, esta falta de interface entre lógica de solidariedade e lógica de eficiência econômica, ou simplesmente de rigor e de controle democrático, foi característico do fracasso das primeiras cooperativas agrícolas (Sabourin, 2003). Pode explicar também o sucesso das cooperativas de crédito em meio rural e seu papel essencial na renovação das cooperativas da agricultura familiar.

As cooperativas de crédito foram criadas para enfrentar a falta de atendimento ou o fechamento das agências dos bancos públicos estaduais ou federais em muitos municípios do país. As cooperativas agrícolas no Brasil padecem de uma herança de práticas paternalistas ou clientelistas

nas quais as relações de reciprocidade se tornaram assimétricas ou alienadas (Sabourin, 2003) como expresso no documento de fundação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (Unicafes)⁸. A Unicafes define sua missão em torno da articulação de uma pluralidade de iniciativas incluindo produção e redistribuição de renda e de alimentos, no intuito de melhorar a qualidade de vida e não apenas o nível de lucro.

Congrega as federações e associações regionais de cooperativas de crédito em meio rural, as cooperativas agrícolas e de serviços da agricultura familiar e da reforma agrária e cobra uma legislação específica para se diferenciar das cooperativas afiliadas a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) que se limita a apoiar uma dinâmica empresarial capitalista⁹.

Por outra parte a Unicafes formaliza uma aliança, típica da extensão da dinâmica de reciprocidade, entre os diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários no meio rural, da agricultura familiar até as atividades rurais não agrícolas (serviços, artesões, etc) passando pelos pescadores e extrativistas.

Comercialização dos produtos e reciprocidade

Por certo, pode-se defender um projeto renovado de agricultura camponesa mais autônoma do mercado capitalista, menos dependente de insumos externos, mais respeitoso do meio ambiente e dos recursos naturais. Essa postura cada vez mais divulgada na onda do desenvolvimento sustentável termina sendo uma retórica ideológica, além de exigir esforços desproporcionados dos menos dotados e capacitados. As dificuldades do crédito solidário como aquelas da inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados têm a ver com a monetarização crescente das relações econômicas e sociais e com a diversificação das necessidades. Caillé (2005:207-218), mesmo defendendo alternativas anti-utilitaristas, reconhece que a monetarização e a globalização das relações econômicas reduzem as possibilidades da auto-produção numa concepção substantiva da economia. Portanto, é mais um motivo por se preocupar da questão da distribuição da produção e da sua valorização econômica nos mercados (e não apenas no mercado).

Neste sentido o reconhecimento de uma coexistência dialética entre princípio de intercâmbio e princípio de reciprocidade confirma a natureza às vezes híbrida de muitas situações econômicas contemporâneas, mas confirma também a “esterilidade” do híbrido. A reciprocidade não funde nem se funde com o intercâmbio e vice e versa. Eles coabitam e, muitas vezes, um domina ao outro. A venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista (Van der Ploeg, 2000; 2006), existem ainda mercados socialmente controlados. Temple (2003: 377) fala de mercados de reciprocidade.

No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social pelas relações direitas entre produtor-consumidor.

Existem assim configurações de mercado, às vezes reunidas no termo de economia solidária, que correspondem, em realidade a relações e a estruturas de reciprocidade:

- **a venda direta** na unidade de produção, nas feiras locais de produtores ou nas festas de produtos regionais, corresponde a relações de reciprocidade bilateral e até simétrica entre agricultores e consumidores.
- **as cadeias curtas** controladas socialmente por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores representam estruturas de reciprocidade bilateral produzindo amizade e confiança.
- quando a relação direta (pelo encontro físico entre produtor e comprador não é possível) existe **a intermediação qualificada** ou inter-pessoal (a corretagem). Ela mantém uma relação de reciprocidade ternária por meio do inter-conhecimento, do efeito rede e de uma informação sobre a qualidade do produto. Essa estrutura produz confiança, responsabilidade e reputação (do produtor como do intermediário) o que constitui uma fonte de prestígio e de autoridade nos sistemas de reciprocidade.

⁸ “Por conta deste processo, as nossas tradicionais cooperativas tornaram-se de modo geral representantes do poder econômico. As “cooperativas empresariais” passaram a enfrentar a concorrência através do aumento da renda e do seu patrimônio e não por meio da organização, da educação, da participação e da inclusão sócio-econômica dos seus associados. Como resultado muitas cooperativas se tornaram grandes empresas, ao mesmo tempo se distanciaram do seu quadro social - legítimo responsável pelo destino da cooperativa - reduzindo a atuação dos cooperados a uma participação passiva, não ativa” Unicafes (2005)

⁹ “Uma nova cultura política se faz necessária, uma prática capaz de interagir de modo plural criando mecanismos de superação da cultura da dependência do poder econômico ou do Estado clientelista. O fortalecimento, portanto, de outra lógica de produção do poder: a da autonomia, da autogestão e do empoderamento dos agricultores/as, dos produtores/as”. (Unicafes, 2005)

O processo de qualificação garante um valor diferenciado, e assim, reduz os efeitos da concorrência e da especulação do livre-câmbio capitalista sobre os produtos “qualificados”. Portanto, a qualificação depende da identificação ou da construção de relações de reciprocidade. A partir do momento que o nome do produtor (ou da empresa ou da localidade) está em jogo, são essas relações de reciprocidade que produzem valores como a reputação, a honra e a responsabilidade. São esses valores humanos que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade ou de origem. As empresas capitalistas descobriram essa função e se apressaram em ocupá-la, contra remuneração, para transformá-lo num serviço mercantil. Porém, existem também sistemas de co-certificação ou de certificação participativa entre produtores, ou entre produtores e consumidores (Medaets e Medeiros, 2004).

O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores. Porém, a procura da eficiência, leva, muitas vezes, ao uso dos mesmos sistemas e redes de intermediação que àqueles das comodidades do livre-câmbio, o que reduz ou compromete a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir valores humanos (Le Velly, 2004).

Temple (2003:377), a partir da análise dos mercados africanos e andinos propõe a noção de **mercado de reciprocidade**. As prestações recíprocas entre fregueses não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda, mas pelas necessidades mútuas e são medidas por equivalências (geralmente de volume, de quantidade), traduzidas ou não em valor monetário.

“Trata-se de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros... Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas”.

Nessa estrutura de reciprocidade generalizada (todos oferecem a todos, e todos podem comprar a todos, mas com o cuidado de não explorar e de não quebrar o laço social e ético) prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.

A teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes, imperceptível, passaram a ser naturalizada como relações de troca, por conta do peso da racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se determina em função de valores humanos ou de um projeto mais justo para a humanidade. Por isso há necessidade de interfaces entre sistemas regulados pelo princípio da reciprocidade e sistemas governados pelo princípio do livre câmbio. Trata-se de poder articular os antagonismos ou de negociar e enquadrar, quando é possível, complementaridade entre lógicas.

Considerações finais

Os exemplos e casos mobilizados confirmam uma pluralidade das formas econômicas, solidárias ou não, no âmbito da agricultura familiar brasileira. As prestações ou relações econômicas solidárias (ajuda mútua, trabalho compartilhado, manejo coletivo de recursos comuns compartilhados, cooperação) correspondem a práticas econômicas gratuitas fundadas no princípio de reciprocidade. Essas práticas são necessárias ao processo de produção, às vezes até indispensáveis nas condições difíceis ou precárias dos assentamentos de reforma agrária ou das comunidades rurais mais pobres. Mas são, também, essenciais para manter a coesão da organização social em torno da produção de valores humanos ou éticos comuns.

A diferença entre a análise de Polanyi (1944) e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple (1997, 1998) reside na identificação da origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi insere os valores éticos no domínio da competência privada, ou nos fatos culturais que não tem nada a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas.

Por certo, nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas de coabitação entre práticas de reciprocidade e de intercâmbio, às vezes complexas.

Hoje, vários analistas da economia solidária chegam a reconhecer a questão de uma diferença e, portanto, de uma interface possível entre o sistema de intercâmbio mercantil e de concorrência e o princípio de reciprocidade. Roustang (2003) lembra que a economia *solidária cobra o reconhecimento da reciprocidade como modo de alocação dos recursos ao lado do intercâmbio mercantil e do sistema de redistribuição*. Reconhece que atrás do princípio de reciprocidade e redistribuição, *existe a idéia da construção das necessidades sociais e que a organização da produção, -diria também, da comercialização ou distribuição - passem por uma forma mais ou menos codificada de reconhecimento, de deliberação entre atores que se diferencia tanto de uma relação de concorrência regulada pelos preços ou de uma redistribuição de tipo administrativo*".

Trata-se em outras palavras do reconhecimento da reciprocidade como uma relação que leva em conta, além das nossas próprias necessidades, as necessidades sociais do nosso próximo ou do nosso grupo humano.

Cada uma das duas lógicas, reciprocidade e intercâmbio, pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns deles sendo, provavelmente, irreversíveis. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público, da economia de reciprocidade, permitiria desenhar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações locais, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos, em particular dos recursos naturais.

A título de exemplo e de pista para aprofundamento das pesquisas, proponho dois exemplos de instrumentos públicos típicos da economia solidária que permitem discutir e estabelecer essa interface entre sistemas: a política de qualificação dos produtos e os mercados institucionais (Medeiros *et al*, 2006).

A qualificação dos produtos: Todo processo de qualificação que garante a origem (o nome do produtor), a especificidade, um processo ou normas de qualidade de um produto, contribui para reduzir os efeitos da concorrência e da especulação do mercado capitalista. De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Porém, fora desse grupo de produtores e até para comercializar seus outros produtos, impera a regra do intercâmbio capitalista. Por isso, com o processo de qualificação centrífuga, recorre-se a mecanismos de certificação, para recolocar uma produção oriunda de um sistema de reciprocidade (a unidade família) no sistema de intercâmbio. Mas todas as possibilidades da qualificação não foram ainda exploradas. Temple (2003:361) propõe radicalizar o processo por meio da qualificação centrípeta ou pessoalizada (sob o nome de Souza somente pode se produzir Souza). Ninguém pode competir com uma produção única cujo valor intrínseco é, potencialmente, infinito... Simbólico ou prosaico, mais qualificado será o produto, maior será o valor. Por outra parte, não precisa de controle da qualidade por uma competência externa àquela da produção, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção (Temple, 2003:367). Há, na idéia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes.

Os mercados institucionais: uma alternativa de interface entre empreendimentos solidários e sistema de intercâmbio já mobilizada no Brasil é oferecida pelos mercados institucionais. O estado, por meio da administração pública pode decidir de comprar em prioridade bens ou serviços produzidos por esses empreendimentos, eventualmente com preços mínimos garantidos. Este mecanismo protege os empreendimentos solidários da concorrência do mercado capitalista. Tem a vantagem de existir em vários níveis do Estado e de poder ser administrado de maneira descentralizada: na escala municipal (merenda escolar, creches, mobiliário escolar), na escala estadual (hospitais, colégios, administração e empresas estaduais) e na escala federal: mercados da administração federal e da regulação de estoques.

No caso das atividades rurais, existem exemplos de compra da merenda escolar as associações de agricultores agro-ecológicos (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraíba), de compra do mobiliário escolar as associações e cooperativas de artesões (Estado do Ceará).

O governo Lula reativou um enorme e importante mercado institucional federal, aquele da Central Nacional de Abastecimento em Produtos Agrícola (Conab, ligada ao Ministério da Agricultura), direcionando-lo para os produtos da agricultura familiar, mediante o Programa de Aquisição Antecipada de Alimentos – PAA que se tornou o melhor instrumento do Projeto Fome Zero a favor do apoio aos agricultores familiares mais pobres.

Qual que seja a teoria ou a definição mobilizada, a economia solidária deve enfrentar as contradições inerentes às diferenças entre o desenvolvimento econômico fundado no intercâmbio e o desenvolvimento baseado na reciprocidade. Na proposta de economia solidária existe uma contradição entre reciprocidade (interna a unidade de produção) e intercâmbio mercantil (fora da unidade) que precisa ser reconhecida (Matos, 2006), para poder colocar a questão das articulações ou interfaces entre os dois sistemas. No entanto, muitos promotores da economia solidária não reconhecem essa oposição. Isto leva a várias dificuldades de articulação que remetem as dinâmicas próprias a cada uma das formas de economia colocada em situação de hibridação.

Na realidade, a prática antecipou a teoria. Já existem certas interfaces de sistema funcionando no Brasil rural, ao nível dos agricultores ou dos instrumentos públicos.

Num caso, os agricultores regulam essa articulação mediante a preservação ou a atualização das suas estruturas coletivas de reciprocidade. No outro caso, o Estado é quem garante essa interface, fornecendo aos atores rurais o acesso a mercados públicos ou institucionais (mercados de reciprocidade ou de redistribuição) protegidos do sistema de concorrência capitalista. O caso da qualificação e certificação dos produtos pode ser assegurado por coletivos da sociedade civil, como ou sem apoio público.

Referências

- Boeira, Sergio (2000) Solidariedade in *Projeto solidariedade da PUC Pastoral* <http://www.pucrs.br/pastoral/solidariedade/artigos/solidariedade2.pdf> acesso 20-07-2006
- Caillé, Alain (2005). *Dé-penser l'économique, contre le fatalisme*. Paris : La Découverte, MAUSS, 310p.
- Castel, Odile (2003) « La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud », Montréal : Université du Québec en Outaouais, Chaire de recherche en développement des collectivités, Série Comparaisons internationales, no.4, 21p
- Castel Odile (2006) « La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution », in Colloque « L'économie au service de la société », Dakar, PEKEA - Université Cheik Anta Diop & CODESRIA, 1 a 13/12/2006, 13p
- Cattani, Antonio David (Org.) (2003) *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Chabal, Mireille (2005) « Les structures élémentaires de réciprocité » conférence in Montpellier : Cauris <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso 20/09/2005
- Demo, Pedro (2002) *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez,
- Duque, Ghilaine ; Sidersky, Pablo; Oliveira, Maria de Socorro Lima (2004) "Fundos rotativos e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: Potencial e limites do resgate das tradições de solidariedade". Aracaju: SBSP.
- Eme, Bernard ; Laville, Jean Louis (1996) *Economie plurielle, économie solidaire* in *Revue du Mauss* n° 7 1er semestre
- França Filho, Genauto Carvalho de. (2006) Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In. França Filho G C (et al) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- França Filho, Genauto Carvalho de (2007) Teoria e Prática em Economia Solidária : Problemática, Desafios e Vocação in *La Revue du Mauss Permanente*, <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83> acesso em 15/04/07
- Gaiger, Luis Ignacio (2003). *L'économie solidaire au Brésil*. *Revue du Mauss* n° 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), pp. 80-96.
- Gardin, Laurent (2006) *Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'Etat*, Paris : Eres, 190p
- Laville, Jean Louis (2000) *L'économie solidaire : une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brouwer, 343p.

- Laville, Jean Louis (2003) Avec Mauss et Polanyi vers une théorie de l'économie plurielle in *Revue du Mauss* n° 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), pp. 237-249
- Laville, Jean Louis ; Nyssens, Marthe (2004) Empresas sociais: rumo a uma abordagem teórica in PH Martins e B Ferreira Nunes A nova ordem social, perspectivas da solidariedade contemporânea, Brasília: Paralelo 15 pp 122-135.
- Le Velly, Ronan (2004) Le commerce équitable : des échanges marchands contre et dans le marché, I Congrès Association Française de Sociologie, Villetaneuse, 24-27/02/2004.
- Latouche, Serge (2003) L'oxymore de l'économie solidaire in *Revue du Mauss* n° 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), pp. 145-150
- Lévi-Strauss, Claude [1947] (1967) *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. « les cycles de la réciprocité », La Haye: Mouton.
- Magalhães Reginaldo Sales (2005) Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no Sertão da Bahia. São Paulo: USP Procam, Dissertação de mestrado, 150p.
- Matos, Aécio Gomes (2006) Organizações sociais e economia solidária In Sabourin E (Ed) Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural, Brasília: UnB , Cadernos do CEAM n° 23 pp125-142
- Mauss, Marcel [1924] (1950) "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris : PUF, réédition 1989, collec. Quadrige.
- Medaets, Jean Pierre; Medeiros, Josemar Xavier (2004) A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In XLII Congresso da SOBER
- Medeiros, Alzira; Schiochet, Valmor; Schwengber, A (Org.) (2006) Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária da UFPE, v. 1, p. 59-108.
- Menezes, Marilda Aparecida de (2006) Reciprocidade e campesinato. Uma leitura de J Scott, E Mayer, A Candido e E Willems in P H Martins e R B Campos (org) Polifonia do Dom, Recife: Editora da UFPE, 209-234
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Termo de referência em economia solidária: plano de qualificação nacional. Brasília: MTE/ SENAES, 2005. www.ecosol.org.br. acesso 20/07/2006
- Oliveira, Maria de Socorro Lima (2006) Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Campina Grande : UFCG, PPGS, dissertação de mestrado, 168p.
- Polanyi, Karl (1944) *The Great Transformation*, Boston: Beacon Press, [A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306p].
- Polanyi, Karl (1957), "The Economy as Instituted Process". In "Trade and markets in The Early Empires Economies in History and Theory", Polanyi, K., Arensberg C., Pearson H. W. (eds.), The Free Press, Clencoe, pp. 29-51.
- Polanyi, Karl [1975] *The Livelihood of Man*, ed. by PEARSON H. W. New York, Academic Press, Inc (1994) *El sustento del hombre*, Barcelona: Mondadori,
- Roustang, Guy (2003) Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l'économie solidaire. In 3^{ème} Rencontres du Réseau Interuniversitaire d'Economie sociale et solidaire Toulouse Le Mirail, 5/03/03
- Sabourin, Eric (2001) Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37 : 101-112
- Sabourin, Eric (2003) Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Caron P, Sabourin E (eds) Brasília: Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.
- Sabourin, Eric (2004), Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 75-104
- Sabourin, Eric (2006^a) Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido, in *Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural*, Sabourin E (Org) *Cadernos do CEAM*, 23, Brasília: UnB, Ceam, Neagri, pp 29-61
- Sabourin, Eric (2006^b) Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in *A diversidade agricultura familiar*, Schneider Sergio (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, serie Estudos Rurais, pp. 215-239

- Servet, Jean Marie (2003) Economie solidaire, in Dictionnaire des institutions économiques contemporaines *Dictionnaire des institutions économiques contemporaines* www.univ-tlse2.fr/cerises/download/redirec.php?id=115 – acesso 27/05/2005
- Servet, Jean Marie (2006) Banquiers aux pieds nus : la microfinance. Paris : Odile Jacob, 511 p.
- Sidersky, Pablo (2006) Reproductibilité de l'agriculture familiale dans l'Agreste de l'État de Paraíba, Brésil : Dynamiques sociales, organisations locales, innovations techniques et sociales. University of Wageningen, Rural Communication and extension, relatório preliminar de tese de doutorado (em curso)
- Temple, Dominique (1997). L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109
- Temple, Dominique (1998) Les structures élémentaires de la réciprocité in *La Revue du MAUSS* n°12 (2) : 234-242,
- Temple, Dominique (2003) Teoría de la reciprocidad. La Paz: PADEP-GTZ
- Tomo I : la reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos 212p;
- Tomo II: La economía de reciprocidad 506p ;
- Tomo III: El frente de civilización, 458p.
- Temple, Dominique ; Chabal, Mireille (1995) La réciprocité et la naissance des valeurs humaines. Paris : L'Harmattan, 263p.
- UNICAFES, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, 2005 Documento base do Iº congresso, Brasília, junho de 2005 in <http://www.unicafes.org.br/links/documentos.htm> acesso 27/05/2005
- Van der Ploeg, Jan Douwe (2000) Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-407, 2000.
- Van der Ploeg, Jan Douwe (2006) O modo de produção camponês revisitado in A diversidade da Agricultura Familiar, Sergio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp 13-54.

Resumo: O artigo questiona as bases teóricas da solidariedade econômica e discute a noção de inserção das prestações econômicas nas relações sociais proposta por Karl Polanyi, hoje mobilizada para caracterizar a economia solidária. Propõe uma hipótese para explicar a origem dos códigos morais e dos valores éticos invocados por Polanyi ou seus seguidores, e nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. Exemplos de formas de solidariedade econômica no meio rural brasileiro mostram como esses valores éticos estão sendo gerados por relações de reciprocidade simétrica.

The reciprocity and the ethical values of economic solidarity

Abstract: This paper questions the theoretical bases of economic solidarity and argues Karl Polanyi notion of *embeddedness* of the economic practises and facts in the social relations today mobilized to characterize the social economy. It offers some hypothesis to explain the origin of the moral codes and the ethical values - invoked by Polanyi or its followers - in which the economic relations would be inserted. Examples of forms of economic solidarity in the Brazilian agriculture show as these ethical values are being generated for relations of symmetrical reciprocity.

La réciprocité et les valeurs éthiques de la solidarité économique

Résumé : L'article questionne les bases théoriques de la solidarité économique et discute la notion d'insertion ou d'encastrement des prestations économiques dans les relations sociales, aujourd'hui mobilisée pour caractériser l'économie solidaire. Il propose une hypothèse pour expliquer l'origine des codes moraux et des valeurs éthiques invoqués par Polanyi et des disciples, dans lesquels seraient encadrées les prestations économiques. A partir d'exemples de solidarité économique en milieu rural brésilien, il montre comment ces valeurs éthiques sont engendrées par des relations de réciprocité symétrique.

Eric Sabourin, Antropólogo e Sociólogo, pesquisador do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, CIRAD (Montpellier, França), Departamento "Meio ambiente e Sociedade", Unidade 'Ação coletiva, mercados e renovação das políticas públicas'. Atualmente é pesquisador visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Publicou os livros: *Camponeses do Sertão* (Embrapa Cirad, 2003), *Tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective* (MauSS, Cirad, 2005) ; *Agricultura familiar : interação entre políticas públicas e dinâmicas locais* (Ed. Ufrgs, 2007), *Paysans du Brésil, entre échange marchand et réciprocité* (Ed Quae, in press)

E mail : sabourin@cirad.fr